

**LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS E OS SISTEMAS DE
CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: ESTUDO DE PROPOSTAS DE
EXPANSÃO E AMPLIAÇÃO DA CDD E DA CDU**

Hamilton Rodrigues Tabosa - UFC

Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso - UFPB

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque - UFPB

Resumo: As linguagens documentárias, com o intuito de facilitar o acesso ao documento por parte do usuário, configuram-se em um complexo sistema de representação do conhecimento. Entretanto, com a constante expansão dos vários ramos do saber e, por conseguinte, de suas publicações, surge a necessidade de desenvolver notações para classificar novos temas ou simplesmente melhorar a representação quanto a sua especificidade. Diante deste fenômeno, o presente artigo visa fazer um levantamento e uma análise de propostas de expansão da Classificação Decimal Universal e da Classificação Decimal de Dewey, com o fito de demonstrar não só a viabilidade da ampliação de quaisquer classificações previamente existentes, mas, principalmente, de manter atualizadas as classificações bibliográficas, cujo intuito é representar o conhecimento e, se este se modifica, é importante que as classificações sigam em paralelo. Para viabilizar o presente artigo, fez-se uma pesquisa bibliográfica para identificar e analisar propostas de expansão/atualização dos sistemas de classificação bibliográfica já existente, mais precisamente as de Carvalho e Holanda (para a área do Direito), Tabosa e Cardoso (coelhos de raça) e Albuquerque (literatura popular e de cordel). Este trabalho não tem a pretensão de solucionar as possíveis vacâncias nas classificações bibliográficas,

mas de sensibilizar o leitor para a importância da atualização contínua nessas representações, com o objetivo de manter o usuário em constante condição de localizar a informação de que precisa com maior facilidade, uma vez que a ciência e a sociedade estão em constante transformação, o que exige dos instrumentos e técnicas utilizados para representar informação flexibilidade e adaptabilidade.

Palavras-chave: Classificação Decimal Universal. Classificação Decimal de Dewey. Linguagens documentárias. Classificações bibliográficas.

1 INTRODUÇÃO

A organização dos registros do conhecimento em um determinado acervo implica em dois fatores básicos: a necessidade do uso de algum tipo de linguagem para ordená-los (respeitando uma coerência previamente convencional), e o conhecimento do *uso* dessa linguagem por parte do usuário para efetivar uma atividade que tem começo, meio e fim, entendendo-se por início o processamento técnico do documento,

o meio como sendo o percurso do usuário quando de sua busca e o fim a localização, o acesso e o uso da informação.

Para que esse ciclo seja realizado a contento, exige-se do profissional da informação, que é o conhecedor das técnicas adequadas à organização de cada tipo de acervo, o emprego de técnicas e métodos específicos para cada tipologia de acervo (voltado ao público infantil, escolar, universitário, especializado, entre outros), de unidade de informação (pública, privada, ou que variam quanto ao porte, por exemplo) e de público-alvo (interno e externo), dadas as características peculiares a cada um desses universos. Em outras palavras, um acervo pode ser ordenado de diversas formas, entretanto, dependendo de fatores internos e externos, as técnicas aplicadas podem sofrer variações, ainda que o acervo seja muito similar em uma ou outra instituição.

Diante disso, pensando na organização dos documentos de modo a atender com eficiência e eficácia às necessidades do usuário, foram criadas as linguagens documentárias, que são instrumentos de representação do conhecimento, de modo a facilitar seu acesso.

“A prática da linguagem é marcada por uma tendência natural do homem: compreender, governar e modificar o mundo. Com efeito, o homem busca, incansavelmente, encontrar uma ordem para as coisas, já que um mundo caótico seria incompreensível [...]” (CINTRA et al, 2002, p. 27).

A Biblioteconomia, área dedicada aos estudos sobre preservação e disseminação dos conhecimentos da Humanidade, classificou-os por meio de linguagens numéricas e alfanuméricas, com o objetivo de facilitar a ordenação dos assuntos e de melhorar sua

posterior recuperação. Souza (1998, p. 38) esclarece que:

Considerando a Biblioteconomia como uma das forças impulsionadoras da Organização do Conhecimento na Sociedade, pode-se aceitar, como definição, que Biblioteconomia é uma das formas “científicas” de organizar os documentos ou papéis. Para isso, ela utiliza métodos codificados, decorrentes da experiência concreta de algumas sociedades. Portanto, a Biblioteconomia pode ser produzida e aplicada de forma diferente nos diversos tipos de acervos documentais, mas especialmente em bibliotecas, tendo em vista o tamanho da sua coleção, o tipo de seu público e a origem dos recursos para o seu financiamento. Isso significa afirmar que, à ideia da organização de documentos ou papéis, conforme concebida por cada um, está-se acrescentando outros fatores materiais quando se torna a Biblioteconomia como conhecimento constituído.

Diante dessa realidade, as classificações Decimal de Dewey (CDD) e Decimal Universal (CDU), reconhecidas e utilizadas em mundialmente, são exemplos de linguagens documentárias alfanuméricas predeterminadas, que representam os assuntos dos documentos de qualquer acervo por meio de códigos ou notações, melhorando, assim, a recuperação da informação por parte do usuário (PIEADA, 1983). Em contrapartida a esse argumento, Gigante (1995, p. 4) nos orienta a termos bastante cuidado com a atribuição das notações dos sistemas de classificação bibliográfica, para que o bibliotecário não acabe distanciando o usuário do acervo, dificultando o acesso à informação em vez de otimizá-lo, senão vejamos:

[...] uma classificação bibliográfica como a CDD ou a CDU pode até conseguir acomodar, em um nível de quase excelência, as obras de um acervo. Mas a notação que produz, nos casos de alta especificidade (cuja ocorrência também é alta no momento histórico-científico em que vivemos), caracteriza uma interface muito pouco amigável para os usuários da biblioteca.

Dessa feita, é importante lembrar que, embora predeterminadas, as classificações não se encontram fechadas, concluídas. Ao contrário, acham-se em permanente construção, pois nessa condição se verifica a pesquisa e o avanço da ciência, criando, por conseguinte, novas terminologias, que podem, em novas edições, ser contempladas pelas classificações biblioteconômicas.

Diante da iniciativa da Biblioteconomia em agrupar através de sistemas de classificação todos os assuntos até então existentes, ou até mesmo com a possibilidade de flexibilizar novas subdivisões nas citadas classificações decimais, percebe-se que nenhum tema é suficientemente complexo ou inviável de ser tratado pelo bibliotecário, que pode ter a iniciativa de classificar novos assuntos, ainda não contemplados nas classificações conhecidas e reconhecidas pelos demais profissionais.

Nesse sentido, Barbosa (1969) já afirmava que, se um sistema de classificação bibliográfica não evoluir em terminologia e expansão de assuntos, tenderá a ser abandonado por obsolescência; se, por outro lado, quiser acompanhar o ritmo das atualizações no campo das ciências, ensinará a necessidade da eterna reclassificação das coleções, implicando em desperdício de tempo, pessoal e

material, o que resultará também em possibilidade de abandono.

O fato é que, inevitavelmente, os sistemas de classificação passam por atualizações periódicas, embora não muito amiúde, sob pena de incorrerem no que foi profetizado por Barbosa. As atualizações de fato têm acontecido para dar conta do inevitável avanço científico e tecnológico da sociedade, que cria novas demandas informacionais, além do aparecimento de novas especializações técnicas e científicas que ensejam o surgimento de novas terminologias, temas e conceitos, num processo de revisão contínua, por parte dos seus comitês editoriais, formados por bibliotecários e especialistas em cada área de conhecimento, os sistemas de classificação bibliográfica têm sido alvo de estudos por profissionais e pesquisadores das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Contudo, em decorrência de fatores legais, políticos e/ou culturais, determinados ramos do conhecimento tornam-se, por si só, demasiadamente específicos, impondo, de certo modo, classificação própria. É o caso do Direito, que, em cada país, possui suas especificidades, seja nos temas ou na abordagem dos assuntos jurídicos, permitindo certa vacância quando da classificação de determinadas subáreas, de ordem mais peculiar. Alguns assuntos como o Direito, as raças dos coelhos e a literatura de cordel não estão representados a contento nos sistemas de classificação bibliográfica.

Assim, além das atualizações referentes às mudanças decorrentes do avanço científico, é indispensável observar que determinados ramos do conhecimento, por serem muito específicos, necessariamente impõem classificação bibliográfica própria, não

sendo possível adequar notações de caráter universal, como se vê na área do Direito, por exemplo. Dessa forma, por que não criar novas classificações para temas ainda não contemplados, quando existem para o mundo da ciência?

Decorre disso que os sistemas de classificação não podem se mostrar fechados nem definitivos, mas, ao contrário, devem estar em permanente construção. Decidiu-se, assim, realizar uma pesquisa de caráter bibliográfico e descritivo com base em quatro propostas de expansão da CDD e da CDU elaboradas por Carvalho (2002), Holanda (2002), Albuquerque (2011), Tabosa e Cardoso (2011). Pretende-se não somente comprovar que os sistemas de classificação bibliográfica não estão estagnados, fixos e imutáveis e que são realmente passíveis de expansão e melhorias, de modo a acompanhar o desenvolvimento humano, social e tecnológico, bem como apresentar algumas propostas de alterações desses sistemas de classificação, que foram adotadas com sucesso, além de reforçar a necessidade de estudos na área de representação da informação que resultem em produtos e serviços que possam impactar nos âmbitos teórico e prático da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

2 TEORIAS DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Para Araújo (2009), a representação da informação, uma corrente teórica da CI, passou a ser identificada como a área central desse campo do conhecimento, o seu “núcleo duro” ou “específico”, sendo compreensível que Dewey (criador da CDD) seja considerado por alguns como o “Pai da Biblioteconomia” e Otlet (criador da CDU) como o “Pai da

Documentação” ou mesmo o “precursor da CI”.

Perfazendo um breve percurso histórico referente à representação da informação, observa-se que se trata de um fenômeno bastante recente, tendo seu nascedouro no século XIX, quando surgiram as primeiras teorias de representação da informação, que resultaram nas classificações bibliográficas tais como a de Dewey e a CDU, que estimularam o surgimento de novas concepções de descrição documental. Na primeira metade do século XX, Ranganathan nos deu grandes contribuições por meio da classificação facetada e, no final do século, na década de 1980, surgiram as tecnologias digitais, que revolucionaram toda a prática biblioteconômica. (ARAÚJO, 2009).

A preocupação com o aperfeiçoamento dos métodos e técnicas para a recuperação da informação é uma constante na história da humanidade. As classificações bibliográficas, bem mais recentes, surgiram com o intuito de organizar e, portanto, facilitar o acesso à localização física dos documentos. As tecnologias revolucionam os suportes e, com eles, o modo de recuperação, provocando mudanças irreversíveis no modo como a Biblioteconomia operacionaliza a representação e organização da informação.

As linguagens documentárias, por sua vez, mantiveram-se ativas, sempre que necessárias, sobretudo em acervos cujos suportes são físicos, onde é indispensável uma representação do local onde se encontram os documentos. Em outras palavras, mesmo com a tecnologia possibilitando maior agilidade aos processos e recuperação de dados, no momento de ter contato com o documento propriamente dito e com o conteúdo que carrega, são as linguagens

documentárias que permitem sua ordenação lógica e posterior localização.

Imaginando de que maneira surgiu a ideia de organizar documentos e papéis, Souza (1998, p. 21) esclarece que:

Para haver a idéia de organizá-los, necessário seria que existissem. Para existirem, necessário seria que fossem reproduzidos. Para serem produzidos, necessário seria que motivações concretas, ou transformadas em ações concretas, viessem a ser objeto do dia-a-dia humano. Muito provavelmente essa cadeia de acontecimentos não se instituiria por pura ideação. Mas cada um foi resultando de um anterior, a partir da intuição humana, provocada pela sua intervenção na realidade.

Trazendo para o contexto da linguagem, pode-se conceituá-la como um recurso criado pelo homem, cujo objetivo é gerar um processo comunicacional entre dois ou mais interlocutores, através do uso de símbolos previamente convencionados e por eles (re)conhecidos, seja na forma oral ou escrita. Trata-se do “[...] uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas” (FERREIRA, 1999).

“Com o objetivo de estabelecer comunicação, o ser humano, desde a sua origem, procura desenvolver estratégias de linguagem que surtam significados satisfatórios na conjuntura das relações interpessoais” (XAVIER; AZEVÊDO, 2009, p. 1). A comunicação fortalece a relação humana na sociedade, bem como permite a cada indivíduo sentir-se parte, composição de algo maior, uma vez que firma sua posição na comunidade em que vive, por meio da identificação com os demais.

A linguagem documentária (LD), apropriando-se do mesmo ideal, qual seja, o de gerar comunicação entre o usuário e o documento procurado, utiliza-se de símbolos numéricos, alfabéticos ou alfanuméricos para facilitar o acesso aos registros do conhecimento. Entretanto, para que essa comunicação usuário-documento se efetive, é preciso que o indivíduo conheça os mecanismos de busca e de acesso aos registros. Do contrário, todo o processo antecedente de organização do acervo se torna ineficaz.

As classificações bibliográficas são linguagens documentárias e têm como objetivo identificar assuntos por meio de símbolos alfabéticos, numéricos ou alfanuméricos e, através deles, facilitar o acesso à informação para o usuário. A linguagem permite que os processos comunicacionais se firmem. (PIEDADE, 1983).

A possibilidade de registrar o conhecimento, em suportes dos mais diversos, fez emergir grandes acervos, de onde se acumularam documentos que muito representaram para o desenvolvimento das gerações seguintes. A partir do registro desse conhecimento e do conseqüente acúmulo, surgiu a preocupação com sua organização e, principalmente, com o uso de métodos que facilitassem a localização dos documentos. A guarda e a organização passaram a ser o propósito primeiro das bibliotecas, uma vez que, sem estas, maiores seria as dificuldades em localizar o documento procurado.

Dado o acúmulo de conhecimento e conseqüente dificuldade em sua recuperação, começou-se a criar linguagens que facilitassem o acesso às informações procuradas. Dentro dos processos de linguagem, o conhecimento, para ser acessado, passou a sofrer interpretações numérico-documentárias, com o intuito

de imprimir uma lógica na organização do acervo, para facilitar a localização dos documentos. (LENTINO, 1971).

Diante dessa realidade, surgiram os processos classificatórios, que permitiram ordenar os conhecimentos, hierarquizando-os quando necessário, e facilitando a aprendizagem por parte das novas gerações.

Dessa forma, os então organizadores do conhecimento foram criando mecanismos de ordenação dos documentos, para facilitar o acesso a eles. Assim, separaram-nos por assunto, por autores ou até mesmo pelo tipo de obra, no caso de publicações periódicas, como as enciclopédias.

Diz Lentino (1971, p. 4) que “classificar livros é separá-los em classes, dando-lhes ao mesmo tempo lugar nas estantes, de acordo com determinado sistema”. Um amontoado de livros sem ordenação não oferece sentido lógico, a não ser pelo acúmulo de conhecimentos diversos.

2.1 Linguagens documentárias pré-coordenadas

Na literatura, linguagens documentárias (LD) costumam ser igualadas a todas as formas de representação documentária. Dobedei (2002, p. 39) esclarece que esse fenômeno possivelmente se deve ao “[...] emprego indiscriminado da terminologia utilizada pelos campos teórico-conceituais da representação documentária importados do modelo europeu [...] e americano [...]”.

Entretanto, é importante observar que cada ação desenvolvida no intuito de representar o conhecimento, por mais minuciosa que seja, não se configura, necessariamente, em uma LD. Esta, na verdade, é um instrumento que viabiliza a representação dos documentos.

A representação documentária se divide em várias etapas. Nesse processo, as LD se encontrariam em um quarto nível, antecedido do contato com os documentos (texto, som, imagem), da efetivação dos processos (análise documentária e codificação documentária) e do surgimento de produtos (catálogos, índices, resumos). Após a definição da LD a ser utilizada, pode-se aplicar seu uso, através do arranjo físico e da localização dos documentos, para, finalmente, penetrar nos campos teórico-metodológicos, que permeiam a organização do conhecimento, a comunicação, a linguística e as ciências cognitivas. (DOBEDEI, 2002).

É importante firmar essa linha conceitual, para evitar ruídos ou interpretações incoerentes com os processos de tratamento técnico que, por si só, já são bastante complexos. Esse entendimento facilita não só o processamento técnico em si, como dá condições de aprimoramento dos produtos obtidos e de sua apropriada aplicação.

Dentro dessa ótica, é importante lembrar que as classificações bibliográficas devem ser consideradas como um produto das LD que, por sua vez, são instrumentos de representação documentária. Dito isso, passemos ao estudo de duas importantes classificações bibliográficas: a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, CDD e CDU, respectivamente.

2.2 As classificações bibliográficas e os sistemas de classificação documentária CDD e CDU

“A primeira classificação sistemática das ciências de que temos notícia foi a de Aristóteles” (CHAUÍ, 2003, p. 226), e ao longo de sua história, vários outros modelos foram idealizados e postos em prática:

“ordenações diversas foram sugeridas por classes, séries, corpos, tamanhos e cores. Rupturas de vários sistemas fizeram surgir teorias novas de classificações”. (NUNES; TÁLAMO, 2009, p. 35).

As classificações bibliográficas podem ser atribuídas a quaisquer documentos que estejam dispostos em um acervo, não sendo aplicáveis somente a livros. Destarte, um material cartográfico, um recurso eletrônico ou qualquer outro documento pode ser recuperado por meio de uma classificação bibliográfica.

Por serem convencionadas, as classificações bibliográficas exigem que, de acordo com o tipo de repositório e o entendimento do bibliotecário, bem como observando outros fatores que podem contribuir para essa escolha, o profissional faça opção pela utilização de uma classificação bibliográfica previamente existente, ou, ainda, por criar uma própria.

É importante que se registre que as classificações bibliográficas são orientações para possibilitar a localização dos documentos de um acervo. Entretanto, seu uso não é imposto nem é obrigatório. A decisão quanto ao tipo de classificação a ser utilizada na biblioteca deve ser tomada por um conjunto de profissionais, que, observando a política de acervo, os propósitos da instituição, o perfil do usuário, dentre outros elementos, decidirão pela classificação mais adequada.

Os sistemas de classificação, tais quais os utilizamos na atualidade, são, do ponto de vista histórico, bastante recentes, vindo a consagrar-se somente no final do século XIX. Os processos classificatórios exigem do bibliotecário grande atenção e coerência, já que podem variar conforme a peculiaridade do acervo e do tipo de usuário.

Reitera-se, entretanto, que o ato de classificar se configura em uma ação inerente ao comportamento humano, não constituindo mérito exclusivo dos profissionais da informação. O homem, em essência, seleciona tudo o que está ao seu redor, com o intuito de melhorar seu entendimento sobre as coisas.

Classificar, nessa concepção, nada mais é que interpretar o mundo. Lentino (1971) defende a ideia de que a classificação é um processo mental, pelo qual as coisas são reunidas de acordo com o grau de semelhança.

O processo classificatório faz parte da história do homem, que categoriza tudo o que está posto, com o intuito de melhor compreender seu meio ambiente e o dos seres com os quais convive.

Classificar, segundo Piedade (1983) é dividir as coisas em grupos metodicamente distribuídos, conforme suas diferenças e semelhanças. Classificar um documento é representá-lo em conformidade com uma linguagem previamente desenvolvida para tal. É traduzi-lo e adequá-lo ao melhor código, respeitando suas características primárias e o tipo de usuário que o consultará. Em outras palavras, classificar significa discernir, colocar em classes, discriminar determinado conteúdo de modo hierárquico.

Reiterando o que foi dito anteriormente, existem classificações bibliográficas ou documentárias? Souza (2010, p.16) afirma que “a CDD e a CDU são classificações documentárias, (não mais chamadas de bibliográficas), voltadas para o uso em bibliotecas ou para uso bibliográfico, ou seja, para indexação e descrição minuciosa do conteúdo dos documentos” conhecidas mundialmente e que são utilizadas em bibliotecas do mundo inteiro. Neste artigo daremos ênfase à Classificação Decimal de Dewey e à Classificação

Decimal Universal, CDD e CDU, respectivamente. Ambas dividiram o conhecimento em dez classes - daí se denominarem “decimais” -, que se propõem a contemplar todo o conhecimento humano. Dessas classes, surgem tantas subdivisões quantas se entenderem necessárias, conforme a especificidade do assunto, para melhorar a representação do documento classificado.

A CDD e a CDU são, portanto, classificações bibliográficas, capazes de serem utilizadas para classificar documentos em geral, voltadas para a representação temática minuciosa do conteúdo dos documentos (SOUZA, 2010, p. 16).

As classificações CDD e CDU são exemplos de linguagens documentárias alfanuméricas predeterminadas, cujo fito é o de padronizar os assuntos dos documentos de um dado acervo, reunindo itens que tratam de conteúdos similares ou idênticos, facilitando sua posterior recuperação por parte dos usuários que realizam consultas ao acervo. Seu uso faz que o acervo apresente uma lógica de ordenação.

Assim, podemos imaginar o caso de um usuário que realiza uma busca por autor ou por título (Não se pode negligenciar o fato de que quando a busca é realizada por assuntos, o usuário também pode recuperar obras de autores e títulos que desconhecia) em um determinado acervo e, ao se dirigir às estantes, terá a oportunidade de localizar outros documentos que também tratam sobre o tema procurado e que, porventura, ele desconhecia. Isso amplia as possibilidades de recuperação da informação desejada, aprofundando o resultado final da pesquisa.

A CDD, muito utilizada atualmente em todo o mundo e especialmente em bibliotecas públicas,

foi idealizada por Melvil Dewey, tendo sua primeira edição publicada em 1876. Na CDD as classes principais correspondem por assim dizer, às disciplinas fundamentais do conhecimento, a saber: 000 Generalidades, 100 Filosofia, 200 Religião, 300 Ciências Sociais, 400 Línguas, 500 Ciências puras, 600 Ciências aplicadas, 700 Artes, 800 Literatura e 900 História e Geografia.

Essas dez classes principais se subdividem em outras dez. Como exemplo, mencionamos aqui as subdivisões da classe 300, da qual voltaremos a falar posteriormente: 310 Estatística, 320 Ciência política, 330 Economia, 340 Direito, 350 Administração pública e ciência militar, 360 Problemas sociais e serviços sociais, 370 Educação, 380 Comércio, comunicação e transportes e 390 Costumes, etiqueta e folclore. Essas subdivisões, por sua vez, também recebem subdivisões até atingir o grau desejado de especificidade do assunto ou até o limite imposto pelo sistema. É exatamente para ampliar esses limites que existem propostas de expansão dos sistemas de classificação bibliográfica na literatura especializada, que abordaremos mais adiante.

A CDD apresenta a Tabela principal de assuntos (que enumera hierarquicamente o conhecimento, nas referidas 10 classes), as Tabelas auxiliares (permitem atribuir uma notação mais específica, no sentido de adicionar aspectos relevantes aos assuntos das classes) e um Índice altamente estruturado.

As Tabelas auxiliares são em número de sete e recebem essa denominação porque representam conceitos que têm probabilidade de serem associados a qualquer uma das classes principais: 1) Subdivisões padrão; 2) Subdivisões de área; 3) Subdivisões de literaturas individuais;

- 4) Subdivisões de línguas individuais;
- 5) Subdivisões raciais, étnicas, nacionais;
- 6) Subdivisões de línguas e
- 7) Subdivisões de pessoas.

A empresa Online Computer Library Center (OCLC) adquiriu a marca registrada e os direitos autorais relativos ao Sistema Decimal de Dewey quando incorporou a editora Forest Press em 1988. A OCLC classifica livros novos lançados no mercado americano e é responsável pela atualização da CDD.

A Classificação Decimal Universal (CDU) foi criada por Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1892, tendo sido lançada a primeira edição em 1904. Idealizada com base na CDD, tem também por conseguinte, fundamento na classificação filosófica do conhecimento, dividindo-o em dez grandes classes decimais. Desde sua primeira edição, o sistema que vem passando por atualizações a cada edição lançada, sendo também, assim como a CDD, utilizado em várias bibliotecas no mundo.

Silva e Ganim (1994, p. 4) definem a CDU como sendo “[...] um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registro, a que denominamos genericamente documentos [...]”.

A CDU utiliza símbolos como, por exemplo, parênteses, barras, dois pontos, sinal de adição, colchetes, dentre outros, com o objetivo de melhorar a representação do conhecimento registrado no documento especificando-a ao máximo. Com a CDD as facetas são em menor número, não são utilizadas a junção de letras, números e símbolos. Assim, a

CDU oferece um maior número de combinações, funcionando muito bem em vultosos acervos. Estes, por possuírem grande quantidade de documentos, que, em suas respectivas áreas, tratam de temas muito próximos (quando não iguais), carecem de uma representação que os diferencie, para evitar que o usuário localize na mesma notação em volumes distintos, mas que, por abordarem o mesmo assunto, tornam-se “gêmeos” no processo classificatório.

Silva e Ganim (1994, p. 4) definem a CDU como sendo “[...] um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registro, a que denominamos genericamente documentos [...]”.

Desde 1949, a CDU Consortium (responsável por revisar, atualizar e corrigir as tabelas da CDU) publica as “Extensões e Correções da CDU” (E&C) como forma de atualizá-la quanto a ampliações, modificações ou supressões oficialmente autorizadas nas tabelas, datando de 2011 a edição mais recente¹.

Essa publicação teve, ao longo de sua existência, uma periodicidade variável: iniciou sendo semestralmente, de 1954 a 1973; passou a ser bimestral de 1974 a 1992 e, anual, cumulativa de três em três anos e de 1993 até nossos dias vem sendo anual, conforme Oliveira (2009).

As atualizações oficiais da CDU são realizadas anualmente pela UDC Consortium, por meio da publicação intitulada *Extensions and Corrections to the UDC*². No site da UDC Consortium, torna-se possível ao bibliotecário atualizar anualmente a classificação de

¹ Disponível em:
<http://www.udcc.org/index.php/site/page?view=ec>

² Disponível em:
<http://www.udcc.org/index.php/site/page?view=cancellations>

sua biblioteca, não precisando de grandes mudanças caso surja uma nova edição brasileira.

3 PROPOSTAS DE EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA CDD E CDU

3.1 Proposta de Carvalho (2002)

A proposta de Carvalho (2002), que ficou conhecida como Classificação Decimal de Direito, Classificação Decimal de Doris ou Classificação de Doris, refere-se a uma expansão da classe 340 (Direito) da CDD, idealizada por ela para organizar o acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. A proposta ganhou fôlego e foi publicada em obra independente, separada da CDD, em 1948, tendo sido lançadas outras edições após essa data, ou seja, a autora encontrou necessidade de revisar sua própria proposta.

Depois do sucesso da Classificação de Doris na Biblioteca do Ministério da Fazenda, a Casa Civil também a adotou e, desde então, outras bibliotecas especializadas na área do Direito tem passado a utilizá-la. É importante notar que seu uso concomitante com a CDU ou a CDD é perfeitamente possível em bibliotecas não especializadas, desde que se adote, especificamente para a classe 340, a Classificação de Doris.

A última edição da Classificação Decimal de Direito datava de 1977, pelo que se verificou a necessidade de atualizar a obra para incorporar a ela as novas áreas do Direito que se desenvolveram desde então, tendo sido lançada sua quarta edição (datada de 2002 e encontra-se disponível gratuitamente na web³).

Entre as principais novidades, destacam-se o deslocamento do Direito do Trabalho para a categoria de Direito Privado, a ampliação do Direito Previdenciário e atualização do Direito Internacional Público e do Direito Canônico, além de terem sido acrescentadas ou mais desenvolvidas as classes de Direito Ambiental, Direito Econômico, Direito Agrário e Direito do Consumidor, conforme Carvalho (2002).

As principais classes e subclasses adotadas pela Classificação de Doris que são depois, assim como a CDD, subdivididas em vários níveis, são as seguintes:

- 40 DIREITO
- 341 DIREITO PÚBLICO
- 341.1 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
- 341.13 Direito de Guerra. Leis de Guerra
- 341.14 Direito Penal Internacional
- 341.17 Direito diplomático
- 341.18 Direito consular
- 341.2 DIREITO CONSTITUCIONAL
- 341.253 Direito parlamentar. Parlamentos e assembléias
- 341.27 Direitos Fundamentais. Direitos primordiais
- 341.28 Direito eleitoral. Sistemas eleitorais
- 341.3 DIREITO ADMINISTRATIVO
- 341.347 Direito Ambiental
- 341.3479 Direito ambiental internacional
- 341.378 Direito Econômico
- 341.38 Direito Financeiro
- 341.39 Direito tributário
- 341.4 DIREITO PROCESSUAL
- 341.43 Direito Processual Penal
- 341.46 Direito Processual Civil
- 341.5 DIREITO PENAL
- 341.58 Direito Penitenciário. Direito de Execuções Penais
- 341.6 DIREITO PREVIDENCIÁRIO.
- SEGURIDADE SOCIAL
- 341.7 DIREITO MILITAR
- 341.75 Direito penal militar
- 341.8 DIREITO AÉREO. CÓDIGO DO AR
- 341.87 Direito aéreo militar
- 341.88 Direito aplicado à telecomunicação
- 341.89 Direito Espacial

³ Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/publicacoes/classificacao-decimal-de-direito-1>

342 DIREITO PRIVADO
 342.1 DIREITO CIVIL
 342.12 Direitos reais. Coisas e bens
 342.1247 Direito Agrário. Direito Rural
 342.16 Direito de família
 342.165 Direito hereditário ou das Sucessões
 342.17 Direito do Menor. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
 342.2 DIREITO COMERCIAL
 342.234 Direito bancário
 342.27 Direitos Intelectuais. Propriedade industrial, comercial, científica e de programas de computador
 342.28 Direito autoral. Direito artístico e literário
 342.29 Direito marítimo
 342.299 Direito aeronáutico
 342.3 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
 342.5 DIREITO DO CONSUMIDOR
 342.51 Direitos básicos do consumidor

3.2 Proposta de Holanda (2002)

Diante da mesma necessidade de classificar a área do Direito, Mirian Holanda, que foi bibliotecária do setor Jurídico do Banco do Nordeste do Brasil, também propôs uma classificação própria para esse ramo do conhecimento, objetivando facilitar a recuperação dos documentos do acervo que gerenciava. Para tanto, publicou livro

340 DIREITO EM GERAL
 340.4 Direito Romano
 340.5 Direito Canônico
 340.6 Direito Econômico
 340.7 Direito Desportivo
 340.8 Direito Ambiental
 340.9 Direito e Informática
 341 DIREITO CONSTITUCIONAL
 341.9 Direito Eleitoral
 342 DIREITO CIVIL
 342.7 Direito Autoral
 342.8 Direito Agrário

342.9 Direito do Consumidor
 343 DIREITO COMERCIAL
 343.8 Direito Bancário

3.3 Proposta de Tabosa e Cardoso (2011)

342.6 DIREITO DO TRABALHO
 342.68 Direito Processual do Trabalho
 343 DIREITO CANÔNICO E ECLESIAÍSTICO
 343.3 Direito das coisas. Direitos reais
 343.33 Direito de patronato
 343.35 Direito funerário
 343.4 Direito Sacramental
 343.5 Direito penal canônico
 343.6 Direito processual canônico
 343.8 Direito Eclesiástico das Igrejas Cristãs não católicas
 343.9 Direito Eclesiástico de Igrejas não-cristãs
 344 DIREITO ROMANO
 344.2 Direito das coisas. Direitos reais
 344.4 Direito das obrigações
 344.6 Direito de família
 344.7 Direito das sucessões

onde propôs uma classificação própria, categorizando o conhecimento jurídico em subáreas, facilitando, dessa forma, a organização dos documentos e sua posterior recuperação, conforme se vê a seguir, onde a classificação proposta por Holanda está sumarizada, sendo exibidas apenas as classes principais:

343.9 Direito dos Transportes
 344 DIREITO ADMINISTRATIVO
 344.9 Direito Municipal
 345 DIREITO DO TRABALHO
 345.9 Direito Processual do Trabalho
 346 DIREITO TRIBUTÁRIO
 346.9 Direito Financeiro
 347 DIREITO PROCESSUAL CIVIL
 347.7 Organização Judiciária
 348 DIREITO INTERNACIONAL
 349 DIREITO PENAL
 349.6 Direito Processual Penal
 349.7 Direito Penal Econômico. Direito Penal Tributário
 349.8 Medicina Legal
 349.9 Direito Penal Militar

Tabosa e Cardoso (2011) identificaram que, no Brasil, a cunicultura é relativamente recente, tendo começado somente em 1957, e encontra-se em expansão. Os estados

com maior produção de carne de coelho são: São Paulo, que detém 40% da produção nacional, e Paraná com 15%, mas essa produção não visa ao consumidor interno, pois praticamente não se come carne de coelho no Brasil, mas à exportação para a Europa. (VIEIRA, 2007).

Ainda conforme esse autor, o coelho é um bom negócio em qualquer escala e para qualquer finalidade, seja consumo da carne, uso da pele, etc., e o Brasil tem condições climáticas favoráveis à expansão da cunicultura. Vieira (2007) chama a atenção para o fato de que, para que se obtenham bons resultados com uma criação de coelhos, é necessário que se conheça a fundo este tipo de negócio, pois sem as técnicas necessárias, o criador não alcançará a produção e a produtividade desejadas, o que implica no investimento em pesquisas e consequente aumento da literatura disponível sobre o assunto, o que acarretará a necessidade de melhores instrumentos de organização e controle de uma crescente oferta de produtos informacionais nessa área do conhecimento.

Assim, os sistemas de classificação bibliográfica necessitam de estudos aprofundados por pesquisadores da área, uma vez que o aumento da quantidade de materiais informacionais disponíveis nos acervos e das informações digitais criou uma nova demanda de estudos e pesquisas nessa área.

Dessa forma, Tabosa e Cardoso (2011) decidiram sugerir uma classificação para coelhos de raça na CDU, devido esse sistema de classificação não contemplar referido assunto, pelo fato dessa classificação ser reconhecida em nível mundial e por reconhecer que a cunicultura representa um assunto atual e

relevante em termos de desenvolvimento econômico do país.

Assim, eles identificaram que, na CDU, os coelhos domésticos - e somente eles - estão classificados sob a numeração 636.92, que sugere que também seja consultada a classificação 636.112 - Mamíferos de pêlos pequenos. Animais de caça de pequeno porte em geral. Inclusive coelho. Lebre. Castor.

Porém, as classificações abaixo se relacionam a assuntos onde os coelhos também poderiam se encaixar, dependendo do tipo de criação à qual estejam submetidos:

636.035 - Animais criados para abate, para produção de carne ou gordura. Animais de corte. Animais de banha. Produção de carne e gordura.

637.62 - Cabelo. Pêlo. Cerdas. Lã.

639.11 - Mamíferos como animais de caça.

Isso significa dizer que nenhuma das raças do referido animal é considerada nessa classificação. Assim, Tabosa e Cardoso (2011) utilizaram os padrões de raça de coelho como referencial de sua proposta. Em outras palavras, o fenótipo dos animais determinou sua categorização e posterior proposição de inserção das notações da CDU.

A American Rabbit Breeders Association (ARBA), por ser a instituição que determina os padrões internacionais das raças de coelho, ofereceu o embasamento necessário à proposta dos referidos autores, uma vez que ordena e divide esses animais conforme suas peculiaridades físicas.

A proposta de Tabosa e Cardoso (2011) é que a classificação dos coelhos na CDU seja disposta da seguinte maneira:

636.92 Coelhos de raça

636.921 Castor Rex (ou Rex de cor)

636.921.1 Castor Rex escuro
 636.921.2 Castor lebre
 636.921.3 Chincila Rex
 636.921.4 Havana Rex
 636.921.5 Nutria Rex escuro
 636.921.6 Nutria Rex prateado
 636.921.7 Negro Rex
 636.921.8 Russo Rex
 636.921.9 Arminho Rex
 636.921.10 Castor Rex azul
 636.922 Coelhos difusos
 636.922.1 Chinchila
 636.923 Coelhos negros (uniformes ou mesclados)
 636.923.1 Alasca
 636.923.2 Azul e Fogo
 636.923.3 Gigante-de-Flandres-Negro
 636.923.4 Holandês
 636.923.5 Negro e Fogo
 636.924 Coelhos prateados
 636.924.1 Prateado azul
 636.924.2 Prateado de Champanha
 636.924.3 Prateado inglês
 636.924.4 Prateado de Santo Humberto
 636.925 Coelhos avermelhados
 636.925.1 Fulvo de Borgonha ou Leonardo de Borgonha
 636.925.2 Gigante espanhol
 636.925.3 Havana
 636.925.4 Nova Zelândia vermelho
 636.926 Coelhos brancos (com ou sem manchas)
 636.926.1 Angorá
 636.926.2 Borboleta
 636.926.3 Branco comum
 636.926.4 Branco de Vendaia
 636.926.5 Californiano
 636.926.6 Himalaia
 636.926.7 Gigante de Bouscat
 636.926.8 Gigante espanhol
 636.926.9 Gigante de Flandres branco
 636.926.10 Neozelandês
 636.926.11 Nova Zelândia branco
 636.926.12 Polaco ou Arminho
 636.926.13 Russo
 636.927 Coelhos azuis
 636.927.1 Azul de Beveren
 636.927.2 Azul de Viena
 636.928 Coelhos cinza
 636.928.1 Cinzento pérola de Hal
 636.928.2 Fée de Marbourg
 636.928.3 Gigante de Flandres cinza
 636.929 Coelhos sem raça definida

3.4 Proposta de Albuquerque (2011)

A proposta de Albuquerque (2011), que inclusive já se encontra em estudos no Consórcio CDU para serem adicionadas às E&C, é resultante de sua tese de doutoramento e foi motivada pelo fato de que, quando a autora conheceu o Centro de Documentação do Programa de Pesquisa em Literatura Popular (PPLP) do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e outras unidades de informação popularizadas como Cordeltecas (coleções de folhetos de cordel), durante a pesquisa, observou que nessas coleções não havia padrões aceitáveis de organização, armazenagem e recuperação. Albuquerque observou que os materiais eram organizados ora por título, ora pelo nome do autor, o que não era suficiente para garantir a recuperabilidade dos cordéis, já que não eram tratados em profundidade quanto aos assuntos.

Assim, partindo do reconhecimento da importância de se organizar tecnicamente a informação em acervos especializados, como a literatura popular, e da Literatura de Cordel como patrimônio histórico e cultural do povo de Nordeste do Brasil, Albuquerque considerou necessário propor formas de representação e recuperação da informação desses acervos de forma mais eficaz.

Assim, a proposta de Albuquerque (2011, p. 14) se constitui, essencialmente, “em analisar os temas tratados na literatura popular, especificamente nos “folhetos de cordel”, visando à expansão da classe de Literatura nas Classificações Bibliográficas, considerando que a classe de Literatura não atende aos parâmetros

teórico-conceituais da Literatura Popular”.

A partir disso, é importante observar dois pontos dignos de nota: 1) Albuquerque não restringiu sua proposta de expansão à CDD ou à CDU em específico, tendo se referido, de maneira ampla, às classificações bibliográficas. Ora, uma vez que a CDU acompanhou o esquema de divisão do conhecimento humano em dez classes, tal como ocorre na CDD, a Literatura, em ambas, figura na classe 800; 2) a autora não teve o propósito de prescrever esquemas notacionais para os assuntos, visto que seu objetivo foi “analisar os temas tratados na literatura popular [...]”.

Dessa forma, Albuquerque criou, então, vinte e sete classes temáticas para a classificação bibliográfica da Literatura Popular. Para organizar essas classes e demonstrar as relações semânticas existentes entre os temas e figuras na sua composição, ela as representou por meio de mapas conceituais.

A classe de Literatura de Cordel ficaria assim constituída, na classe 82 – Literatura, das classificações bibliográficas:

LITERATURA DE CORDEL

Agricultura
Biografias e Personalidades
Bravura e Valentia
Cidade e Vida Urbana
Ciência
Contos
Crime
Cultura
Educação
Erotismo
Esporte
Feitiçaria
Fenômeno sobrenatural
História
Homossexualismo
Humor

Intempéries
Justiça
Meio Ambiente
Moralidade
Morte
Peleja
Poder
Político e Social
Religião
Romance
Saúde. Doença

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência e o conhecimento são instituições que nunca para, de se desenvolver, pois refletem o afã de autossuperação inerente ao homem, que tem sede inesgotável de novas descobertas.

Descobrem-se novas fontes de conhecimento que, por sua vez, criam outros mais especializados ou inéditos.

A Biblioteconomia deve contemplar, sempre que possível, todos os assuntos até então existentes. Dessa forma, porque não criar novas classificações para temas ainda não contemplados, quando existem para o mundo da ciência?

Alguns assuntos como o Direito, as raças de coelhos e a literatura de cordel não estão representados a contento nos sistemas de classificação bibliográfica. Assim, considera-se importante a proposta de elaboração de expansões, conforme descritas na seção anterior, pois não há impedimento nem limites para que se possa propor uma nova classificação para quaisquer assuntos, por entender que os sistemas de classificação podem ser expandidos sempre que necessário. Uma vez que haja nova proposta de classificação, poderá ela ser utilizada por quem de interesse for, em novas bibliografia que, porventura, sejam inseridas nas

áreas expandidas, sendo desejável que essas propostas não se limitem a permanecer nas estantes de uma biblioteca ou nos anais de um evento, mas, sobretudo, que se transformem em possibilidades de configurar-se em ferramentas úteis para o trabalho do bibliotecário.

Assim da mesma forma que as propostas de expansão aqui mostradas foram realizadas outras tantas, tocando novos assuntos ou verificando particularidades de um tema já existente podem vir a surgir. Para tanto, abre-se esta porta, uma vez que, em se tratando de conhecimento, nada está pronto e acabado; apenas novas perspectivas orientam uma nova ida.

DOCUMENTARY LANGUAGES CLASSIFICATION SYSTEMS AND LITERATURE: A STUDY OF PROPOSED EXPANSION AND EXTENSION OF DDC AND UCD

Abstract: *The documentary languages, with the aim of facilitating access to the document by the user, configured in a complex system of representation of recorded knowledge. However, with the constant expansion of the various branches of knowledge and, therefore, its publications, the need arises to develop notations for classifying new topics or simply improve representation as to its specificity. Given this phenomenon, this article aims to make a survey and analysis of proposed expansion of Universal Decimal Classification and the Dewey Decimal System, with the aim to demonstrate not only the feasibility of the extension of any previously existing classifications, but mainly keep updated the bibliographic classification, which aims to represent knowledge, and if it changes, it is important that ratings go hand in hand. To permit this article, did a literature search to identify and analyze proposed*

expansion / upgrade of existing bibliographic classification systems, more precisely the Oak and the Netherlands (for the area of law), Tabosa and Cardoso (rabbits race) and Albuquerque (and popular musical literature). This work does not pretend to solve the possible vacancies in bibliographic classification, but rather to sensitize the reader to the importance of continuous updating these representations, with the goal of keeping the user in constant condition to locate the information they need to ease, since science and society are constantly changing, which requires the tools and techniques used to represent information flexibility and adaptability.

Keywords: *Universal Decimal Classification. Dewey Decimal Classification. Indexing languages. Bibliographic classification*

Sobre os autores

Hamilton Rodrigues Tabosa
hydemister@hotmail.com

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Avaliação de Políticas Públicas e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de Ciências da Informação da UFC.

Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso

cyntia_chaves@yahoo.com.br
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará.

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

ebaltar2007@gmail.com
Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de. Literatura popular de cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 220 f. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://btd.d.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1925>. Acesso em: 01 maio 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez., 2009.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

CARVALHO, Doris de Queiroz. **Classificação decimal de direito**. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/galeria-de-fotos/arquivos-importados/arquivos-pdf/classificacao-decimal>>. Acesso em: 01 maio 2013.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

CLASSIFICAÇÃO Decimal Universal. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.udcc.org/udcsummary/php/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

DOBEDEI, Vera Lucia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO; IBICT. **Extensões e correções da Classificação Decimal Universal**. Brasília: IBICT, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI**. Versão 3.0, [S.l.]: Nova Fronteira, 1999.

GIGANTE, Maristela Cid. Os sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário. **Ciência**

da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/436/394>>.
Acesso em: 03 set. 2011.

HOLANDA, Mirian Elizabeth Albuquerque de. **Classificação de Direito**. 3. ed. Fortaleza: Indexar, 2002.

LENTINO, Noêmia. **Guia teórico, prático e comparado dos principais sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.

MENEZES, Estera Muszkat; CAMPOS, Liene. **Classificação Decimal Universal-CDU: instruções e exercícios**. Florianópolis: UFSC, 1987.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 30-48, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Renan Pinheiro de. **CDD x CDU: uma análise comparativa em bibliotecas universitárias**. 2009. 93 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG, 2009. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.uniformg.edu.br:21015/jspui/handle/123456789/35>>. Acesso em: 17 maio 2013.

PEREIRA, Edinete do Nascimento et al. **Classificação bibliográfica: as diversas contribuições para o tratamento da informação**. 2009. Disponível em:

<[http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6173/1/\(Classifica%C3%A7%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica\).pdf](http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6173/1/(Classifica%C3%A7%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica).pdf)>. Acesso em: 01 maio 2013.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIM, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1994.

SILVA, Odilon Pereira da. **Classificação Decimal Universal: CDU. 2. ed. padrão internacional em língua portuguesa**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2007. 2 v.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1998. (Coleção Cadernos CED).

SOUZA, Sebastião de. **CDU: como entender e utilizar a 2ª edição-padrão internacional em língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2010.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; CARDOSO, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes. Proposta de expansão da classificação de coelhos de raça na CDU. **Biblionline**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9923/6939>>. Acesso em: 01 maio 2013.

VIEIRA, Márcio Infante. **Mercado e comercialização de coelhos: bons lucros**. 2007. Disponível em:

<<http://www.zootecniabrasil.com.br/sistema/modules/smartsection/item.php?itemid=1>>. Acesso em: 17 maio 2013.

XAVIER, Manassés Moraes; AZEVÊDO, Arão de. Sociedade da Informação: um olhar funcional sobre a sociedade

adjetivada de tecnológica. **Biblioteca on-line de ciências da**

comunicação, João Pessoa (PB): Universidade Estadual da Paraíba, 2009. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1643>. Acesso em: 2 nov. 2010.